

## AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE – APR

ART. 3º - B DA PORTARIA MPS N.º 519/2011, INCLUÍDO PELO ART. 2º DA PORTARIA MPS N.º 170, DE 25/04/2012

<b>AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE – APR</b>		<b>Nº / ANO: 168/2022</b>
Unidade Gestora do RPPS: CaraguaPrev – Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba CNPJ: <b>04.332.948/0001-03</b>		Data: 04/07/2022
<b>VALOR (R\$): R\$ 801,16 (oitocentos e um reais e dezesseis centavos).</b>		Dispositivo da Resolução do CMN: FI 100% Títulos Públicos TN - art. 7º,I, "b".
<b>HISTORICO DA OPERAÇÃO</b> Descrição da operação:  <b>APLICAÇÃO NO BANCO ITAÚ. RESTITUIÇÃO CORRESPONDENTE A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE PENSIONISTA DO CARAGUAPREV</b>		
Tendo em vista a aprovação do Comitê de Investimentos na Ata Conjunta n.º 273, de 17/03/2020, obedecendo a Resolução do CMN n.º 4.963/21 e a Política de Investimentos do CaraguaPrev, bem como o cadastramento/habilitação do fundo da instituição realizado pelo CaraguaPrev, ficou aprovado, a aplicação do valor acima que trata-se de restituição ao CaraguaPrev, conforme Processo Administrativo n.º 14.548/18 e Processo judicial 1005318-30.2018, no ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IRF-M1 - CNPJ n.º 08.703.063/0001-16, Banco Itaú, agência 0248, conta corrente 04042-0.		
Características dos ativos: <b>Segmento:</b> Renda Fixa / <b>Data da Posição Atual:</b> 01/07/2022 <b>Instituição Financeira:</b> BANCO ITAÚ S.A <b>CNPJ da Instituição Financeira:</b> 60.701.190/0001-04 <b>Tipo de Ativo:</b> FI 100% Títulos Públicos TN - art. 7º,I, "b". <b>Fundo:</b> FUNDO DE INVESTIMENTOS ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M1. <b>CNPJ do Fundo:</b> 08.703.063/0001-16 <b>Valor Total Atual:</b> R\$ 801,16 <b>Patrimônio Líquido do Fundo:</b> R\$ 142.368.551,00		
Proponente: <b>Comitê de Investimentos Ata Conj. n.º 273, de 17/03/2020</b>	Gestor/autorizador: Certificação-validade  Pedro Ivo de Sousa Tau Presidente do CaraguaPrev Certificação: ANBIMA CPA-10 Validade 25/08/2023	Responsável pela liquidação da operação:  Luana Moussalli F. Guedes Certificação: ANBIMA CPA-10 Validade 23/04/2023
Autorizado: <b>Conselho Deliberativo Ata Conj. n.º 273, de 17/03/2020</b>		